

ARGENTINA E URUGUAI: A NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA SUL-RIO-GRANDENSE

*Maria Domingues Benetti**

O tema deste artigo está indicado em seu título. Nele, aborda-se o fato de um importante segmento de produtores do setor agropecuário do Rio Grande do Sul, vinculado à grande produção (bovinocultura de corte e arroz), ter passado a expandir suas atividades em terras uruguaias e argentinas. O foco de análise da questão, vale dizer, o objetivo do artigo, está, no entanto, diretamente relacionado à apresentação e à discussão das principais razões econômicas responsáveis pelo processo.¹

À parte o interesse suscitado por esse recente e ainda nebuloso movimento de transnacionalização da agropecuária estadual, o tema desperta particular atenção junto àqueles que vêm acompanhando a evolução da Região Sul do Rio Grande do Sul. E isto porque a incorporação de tal **fronteira agrícola internacional** pelos produtores gaúchos está inequivocamente associada ao processo de desenvolvimento dessa economia regional e pode corresponder justamente a um ponto de ruptura de seu modelo secular de expansão. Trata-se, na verdade, de um padrão de crescimento que conformou e reproduziu, através de gerações, uma civilização agrária, cuja economia se caracteriza por baixas taxas de crescimento da produção e da produtividade dos recursos produtivos, assim como pela incapacidade de criar oportunidades de trabalho para sua população. Trata-se, mais ainda, de uma civilização que conformou e reproduziu homens com mentes conservadoras, forjando um estado de espírito que passou a constituir, em si mesmo, um poderoso fator limitador do desenvolvimento regional. As formações mentais, dizia Braudel, também podem ser obstáculos de longa duração.

O artigo está dividido em duas partes. Na primeira, são analisadas as condições internas que induziram um grupo de produtores sul-rio-grandenses a buscarem as terras argentinas e uruguaias; na segunda, é examinado o meio ambiente por eles ali encontrado e que lhes permitiu concretizar seu projeto econômico.

* Economista da FEE.

A autora agradece a Ricardo Brinco e a Vivian Fürstenau as sugestões feitas à versão final do artigo.

¹ A fonte principal de informações sobre a marcha dos produtores em direção à Argentina e ao Uruguai é constituída por entrevistas com os mesmos, realizadas nos anos de 1992 e 1993, bem como por artigos de periódicos e por documentos internos de instituições públicas de pesquisa.

1 - O surto de desenvolvimento da orizicultura na Região Sul do Rio Grande do Sul, nas décadas de 70 e 80, e o esgotamento da fronteira interna de expansão

O processo de incorporação recente de áreas agrícolas das províncias argentinas e uruguaias vizinhas ao Rio Grande do Sul tem origem no esgotamento da fronteira interna, ou melhor, na escassez de terras — e conseqüente elevação de seu preço — provocada pelo desenvolvimento recente da agricultura na Região Sul do Rio Grande do Sul.²

1.1 - Evidenciando a escassez

1.1.1 - Crescimento por cessão e intensificação do uso da terra

Um primeiro argumento em favor da escassez de terra consiste em demonstrar que o padrão de desenvolvimento da agropecuária regional ocorreu por efeito de **soma algébrica**, no sentido de que resultou principalmente da cessão de terras entre linhas de produção, tanto no interior do próprio setor como entre diferentes setores. No primeiro caso, trata-se, por exemplo, da cessão de área da pecuária de corte para a pecuária leiteira; no segundo, da transferência de terras de pastagens de bovinos e ovinos para o cultivo do arroz.

De uma forma geral, a expansão ocorreu através da cessão de terras da pecuária para a lavoura. De fato, de um total de 10.436 mil hectares ocupados em 1970, as áreas de pastagens passaram para 9.360 mil hectares em 1985. Essa perda de pouco mais de um milhão de hectares (mais precisamente, 1.076 mil hectares) sofrida pelas áreas de pastagens foi majoritariamente absorvida pela lavoura (885 mil hectares), contribuindo para expandir o total por ela utilizado de 1.326 mil para 2.212 mil hectares no decurso do período antes referido. Acrescente-se, ainda, que a maior parte dos ganhos de área da lavoura beneficiaram o plantio de arroz e de soja.

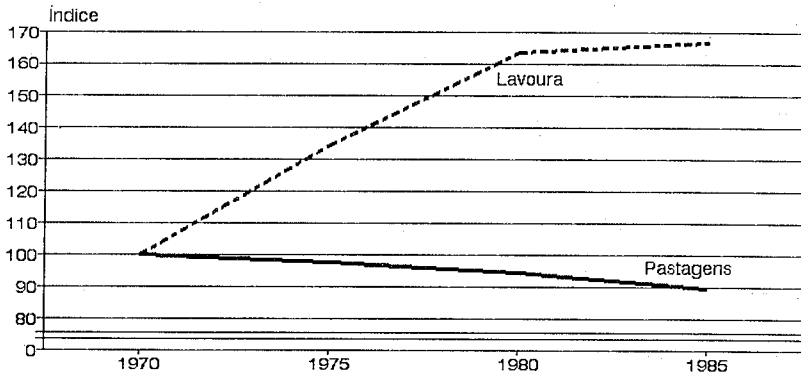
É preciso observar, todavia, que a área destinada à soja na Região Sul do Estado reduziu-se nos anos 80. Já o arroz registrou crescimento da superfície plantada ao longo das décadas de 70 e 80 (assim como apresentou, diferentemente do ocorrido com a soja, expansão da produção física, da produtividade física e do valor de produção). O trigo, produto importante no contexto econômico da Região Sul no início dos anos 70, teve sua área reduzida a um terço entre 1970 e 1990.

Não estão disponíveis dados censitários sobre a evolução global da área de lavouras entre 1985 e 1990. Ainda assim, as informações conhecidas para o primeiro quinquênio da década, somadas às relativas ao desempenho das três principais culturas da Região nos anos 80, permitem que se fale de um movimento de desaceleração do processo de incorporação de área por esse subsetor (Gráficos 1 e 2).

² A Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul, tal como considerada neste estudo, é formada por importante conjunto de municípios, sendo apresentada no Mapa 1.

GRÁFICO 1

EVOLUÇÃO DA ÁREA OCUPADA PELA LAVOURA E PELAS PASTAGENS NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL — 1970-85

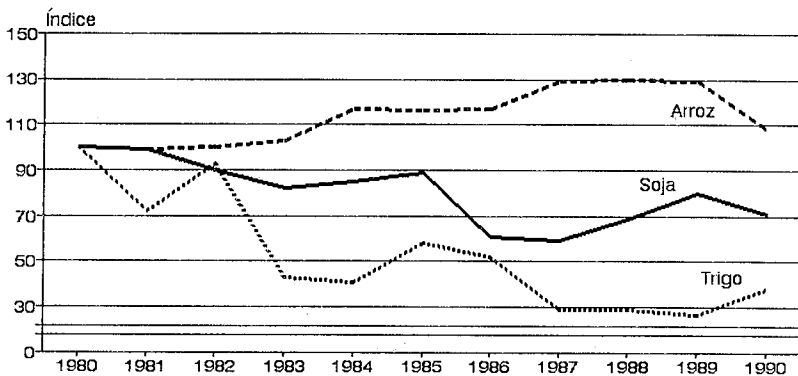


FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO 1970-75-80-85: Rio Grande do Sul (1974, 1979, 1984, 1991). Rio de Janeiro: IBGE.

NOTA: O índice tem como base 1960 = 100.

GRÁFICO 2

EVOLUÇÃO DA ÁREA OCUPADA COM TRIGO, ARROZ E SOJA NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL — 1980-90



FONTE DOS DADOS BRUTOS: BENETTI, Maria D. (1993). **Agropecuária na Região Sul do Rio Grande do Sul — 1979/1990**. Porto Alegre: FEE. (no prelo).

NOTA: O índice tem como base 1960 = 100.

Nessas condições, é forçoso reconhecer que o incremento da produção agropecuária da Região Sul, a partir de 1980, se deu principalmente por expansão da fronteira interna, representada pela intensificação do uso dos solos. Isso ocorreu através do aumento da rotação dos solos entre atividades, pelo crescimento da produtividade física de linhas de produção dinâmicas, isto é, das que comandam o processo de expansão setorial, e, também, simplesmente pela superutilização dos solos produtivos.

No que diz respeito ao primeiro ponto, a expressiva redução da área de trigo, comparativamente à utilizada pela soja, é indicativa do fato de a conhecida prática da sucessão entre esses cultivos ter-se tornado pouco expressiva na Região. Como é sabido, tal prática corresponde ao plantio — na mesma área e no mesmo ano (até um limite de aproximadamente 70% da maior das áreas de lavoura) — dos cultivos de verão e depois dos de inverno. Em se confirmando tal hipótese, poderia estar aí localizado um fator de deseconomia no uso da terra, colocando-se, assim, de alguma forma, um contra-argumento ao discurso da sua escassez. No entanto isso só seria verdadeiro se a terra destinada ao trigo permanecesse ociosa no inverno, simplesmente aguardando a semeadura de primavera. Ora, isso não parece ter ocorrido, pois têm-se fortes indícios de que o lugar do trigo foi ocupado por pastagens cultivadas para alimentação do gado de corte ou, simplesmente, de que resultou mais econômico optar por deixar a área com a resteva da soja para pastoreio dos animais.

De fato, a rotação da terra entre soja e trigo foi, em muitos casos, substituída pela rotação entre soja e pastagens. Em outras regiões, onde predominam terras de várzea próprias para o arroz, a combinação mais comum envolveu o plantio deste último e a pecuária de corte (Boxe 1).

Boxe 1 - O processo de integração lavoura-pecuária e o plantio direto

"No outono, colhe-se a soja e, na sua resteva, se faz a implantação das pastagens. O solo, depois da colheita, fica a descoberto, e basta que se esparrame a palha que fica da resteva com um picador ou, então, que se a espalhe um pouco com a grade, e ele estará pronto para receber a semente. Esta brota naturalmente, depois de cerca de uma semana, sem precisar tapá-la e aproveitando-se até a adubação residual do solo, feita para a soja. Em um mês, já se tem uma cobertura e, entre julho e agosto, já é possível fazer pastoreio com animal mais leve, como o terneiro. No segundo ano, aumenta consideravelmente a capacidade de suporte das pastagens. Mas é no terceiro inverno que ela atinge o máximo de aproveitamento. A preservação da pastagem depende dos cuidados que lhe forem dedicados, através da adubação e de técnicas apropriadas do manejo do gado, isto é, no caso, através da técnica do pastoreio rotativo.

"Na várzea, onde é plantado o arroz, é mais delicado, porque são solos alagadiços; é preciso drená-los bem, desmanchar as taipas que foram feitas para a irrigação. A palha do arroz é mais densa do que a da soja, não basta atirar a semente em cima da palha, sob pena de perdê-la. Então, ou se faz fenação, isto é, se recolhe a palha com máquina de fenação para alimentação do gado fora da lavoura, que é a melhor solução, ou, então, se coloca animais a pastar em alta lotação. Esses comem a palha e a palha junto com o rebrote do arroz na resteva, no outono. O arroz volta com força fantástica nessa época do ano e, se não ocorressem baixas temperaturas, se teria a segunda safra do arroz com a mesma semeadura. Isto é possível, porque hoje predominam as plantas de variedade nanica (agulhinha, americana), com cerca de 60 centímetros de altura. A planta é cortada cerca de 30 a 40 centímetros de altura, na altura do cacho (que tem uns 20 centímetros). Fica o pé inteiro — com raiz e tudo —, que rebrota. Só se tirou o cacho. Fica uma pastagem verde. O arroz é a única planta que, depois de colhida, rebrota e fica verde. O animal colocado aí come o rebrote e o resto da palha, que é uma palha macia e limpa. É recomendável que se coloque uma lotação alta para que se limpe completamente a terra, isto é, o animal deve comer a palha e o rebrote rapidamente. Caso não se disponha de animais suficientes, a palha deve ser recolhida com enfardadeira. Caso contrário, deve-se esperar um ano para que o gado coma tudo e só no outro ano fazer a implantação das pastagens.

"A implantação de pastagens permite controlar os inços, pois quando se colhe a soja, ou o arroz, por exemplo, como a terra está adubada e não existe a cobertura, isto é, a pastagem natural, e demora cerca de dois anos para que ela renasça, então os inços tomam conta.

"Com a implantação do trevo branco e do cornichão, a pastagem fecha-se mais rapidamente, evitando que o inço tome conta. Mesmo que ele venha no meio da pastagem, o animal já pode começar a pastar e come tudo junto. Isto permite, de um lado, a proteção dos solos, ao colocar uma pastagem em cima de uma resteva que ia demorar dois anos para recuperar a pastagem nativa. Também se controla o inço de uma forma natural. Tudo isso deixando a terra em descanso por dois anos. Esta rotação da pecuária com a lavoura resguarda a fertilidade da terra e sua produtividade econômica" (texto extraído de uma entrevista com um agropecuarista da Região Sul do Rio Grande do Sul em 1993).

Portanto, qualquer que tenha sido a natureza da integração entre lavoura e pecuária, o fato é que o padrão de crescimento da agropecuária na Região Sul do Estado não se definiu puramente por soma algébrica. Ou seja, ele ocorreu também por intensificação do uso do solo, mais precisamente, através do aumento de sua produtividade. O que interessa ressaltar nesse contexto é o fato de a prática de integração significar economia de terra e, em assim sendo, fortalecer o argumento em favor de sua escassez.

O sucesso da integração lavoura-pecuária de corte na Região Sul significou o encontro de novas e mais eficientes alternativas econômicas para a utilização da terra, elevando seus níveis de produtividade e, portanto, contribuindo para aumentar igualmente sua procura e os preços de arrendamento e de venda.

Outra fonte de expansão da fronteira agropecuária em âmbito estadual derivou-se do crescimento da produtividade física da lavoura do arroz na Região Sul do Estado.

Esse índice, medido em toneladas de produção por hectare, passou de 2,66 em 1960 para 3,50 em 1970, subiu para 3,81 em 1980, atingindo 5,11 em 1989. Chama atenção o importante incremento de produtividade registrado na década de 80 em relação ao obtido na anterior. Em termos relativos, o índice cresceu a uma taxa média anual de 0,9% entre 1960 e 1979 e de 3,3% no transcurso do período 1980-89. Com esse desempenho, no ano de 1988, a produtividade ficou sempre bem acima da média nacional (1,98 t/ha) e mesmo da internacional (3,3 t/ha) (BENETTI, 1993).

A escassez relativa de terra para o arroz induziu o aumento do preço desse fator, com repercussões a nível do peso do aluguel da terra, pressionando, assim, os custos da lavoura e, em consequência, levando o produtor à busca de maior eficiência na sua exploração. A descoberta de novos cultivares pela pesquisa agropecuária desenvolvida por órgãos governamentais, como o IRGA e a EMBRAPA, foi um elemento fundamental para atingir esse objetivo.

Finalmente, cabe fazer referência ao outro elemento constitutivo da fronteira interna para o desenvolvimento agrícola na Região Sul do Estado, a saber, o aumento dos coeficientes de lotação de gado de corte no campo nativo, processo que resulta na liberação de área para a lavoura. Enquanto as duas outras fontes de expansão estão inequivocamente ligadas ao aumento da produtividade da exploração agropecuária, o mesmo não acontece com relação a esta última. Por exemplo, quedas de produtividade resultantes de intensificação de lotação dos campos aparecem quando tal aumento se associa à superutilização dos solos, isto é, ao povoamento dos campos acima da capacidade de suporte das pastagens nativas. Naturalmente, isso surge como decorrência e caracteriza situações de escassez de terra.

Existem fortes indícios de que, ao final da década de 80, parte importante do segmento produtivo vinculado à produção de gado de corte na Região Sul do Estado já apresentava índices de lotação em níveis muito próximos ao teto da capacidade de suporte do campo nativo (uma cabeça de bovino por hectare). Sendo assim, as reservas naturais de pastagens estavam muito próximas do seu ponto de saturação, o que permite concluir pelo virtual esgotamento desse fator de expansão da fronteira interna para a produção agropecuária na Região Sul, a partir desse momento. O aumento de produtividade na atividade de exploração de gado de corte tende a ficar, pois, fortemente dependente da generalização do sistema que a integra à lavoura e, mais especialmente, da feliz combinação com a lavoura do arroz. Nesse caso, os solos aptos ao cultivo de arroz constituem o limite dessa integração.

Ora, as reservas naturais de área próprias para o arroz estão praticamente ocupadas por essa lavoura. A Região Sul possui cerca de 2,5 milhões de hectares de solos com essa capacidade de uso, indicando as recomendações de manejo que o cultivo se dê com rotação de pastagens para gado de corte na razão de um terço. Em outras palavras, o arroz é plantado em um ano, permanecendo a terra em descanso por outros dois. É nesse período que se implantam as pastagens e se utilizam as terras para pastoreio do gado.

Nessas condições, estão efetivamente disponíveis cerca de 900 mil hectares de terras para o cultivo de arroz a cada ano. Como a área plantada na safra 1991/92 chegou a 827 mil hectares, atingiu-se o limite recomendado para a utilização da terra com essa lavoura.

É bem verdade que a prática mais recentemente adotada de formação de pastagens através do plantio direto preserva os solos e, assim, tende a diminuir de dois para um ano o tempo de descanso das terras de várzea.

Excluindo-se tal alternativa e, bem-entendido, dentro dos limites da rotação entre o cultivo do arroz e o de pastagens, o crescimento da área para produção de arroz só deverá acontecer com investimentos em irrigação.

No interregno da generalização de outros padrões tecnológicos e/ou de novos investimentos que aumentem a produtividade dos solos e dados os níveis históricos de crescimento agropecuário, a terra deverá ser um recurso cada vez mais escasso. É razoável esperar, portanto, que seus preços continuem altos e com tendência à elevação.

1.1.2 - Escassez e elevação do preço da terra

Outro indicativo, e certamente o mais significativo em favor do argumento da escassez de terra, pode ser identificado no aumento de seu preço, tanto de arrendamento quanto de venda.

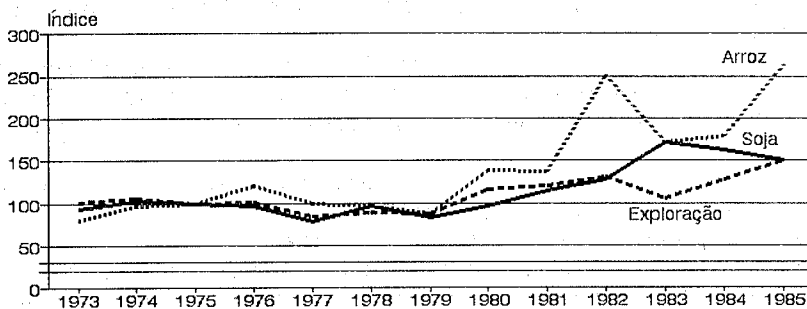
De fato, o preço dos solos de várzea, onde é plantado o arroz, não cessou de crescer em termos reais nas duas últimas décadas, elevando, de um modo geral, os preços da terra para lavoura e pressionando os das procuradas para pastagens.

Os dados dos Gráficos 3, 4, 5 e 6 evidenciam o fenômeno. Note-se que a diversidade das fontes de coleta e de sistematização dos dados em cada uma delas não permitiu que se construísse uma série abrangendo o período 1973-90.

Levando-se em conta tal limitação, foram feitos dois blocos de gráficos, o primeiro com preços até 1985, e o segundo variando de 1986 a 1992. Cada um deles, por sua vez, compõe-se de dois gráficos: um, considerando-se o preço da terra nos municípios tradicionais na produção de arroz, o outro, nos de expansão recente dessa lavoura. O deflator utilizado para acompanhar a evolução dos preços da terra em ambas as séries foi o do PIB agropecuário do Rio Grande do Sul, pois o que se buscava era o comportamento do preço da terra em relação ao crescimento dos preços médios dos produtos agrícolas estaduais. Além disso, trabalhou-se com o preço de arrendamento e não com o de venda da terra, uma vez que a mesma é aqui considerada como meio de produção e não como ativo real, ativo de reserva de valor, adquirido com objetivo especulativo.

GRÁFICO 3

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MÉDIOS REAIS DO ARRENDAMENTO DA TERRA EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS DO RIO GRANDE DO SUL — 1973-85



FONTE: FGV.

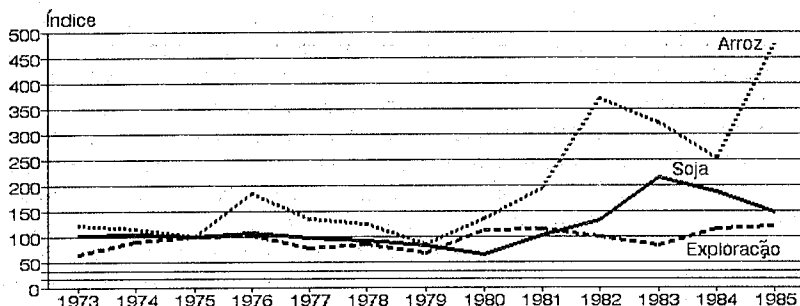
Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR).

NOTA: 1. O índice tem como base 1975 = 100.

2. Os municípios selecionados são: Cachoeira do Sul, Camaquã, Jaguarão, Pelotas, Rio Pardo, Santa Vitória do Palmar e São Lourenço do Sul.

GRÁFICO 4

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MÉDIOS REAIS DOS ARRENDAMENTOS DA TERRA EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS DO RIO GRANDE DO SUL — 1973-85



FONTE: FGV.

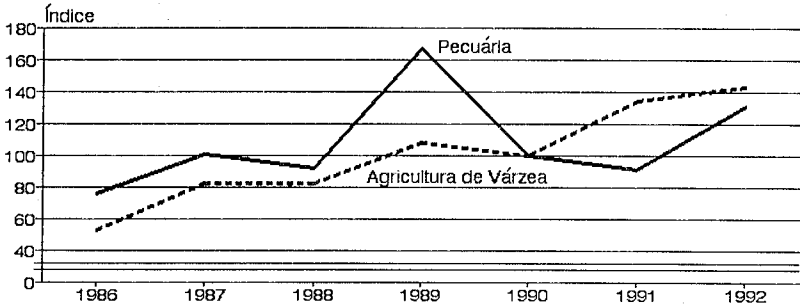
ASCAR.

NOTA: 1. O índice tem como base 1975 = 100.

2. Os municípios selecionados são: Bagé, Dom Pedrito, Rosário do Sul, São Gabriel e Uruguaiana.

GRÁFICO 5

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MÉDIOS REAIS DO ARRENDAMENTO DA TERRA EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS DO RIO GRANDE DO SUL — 1986-92



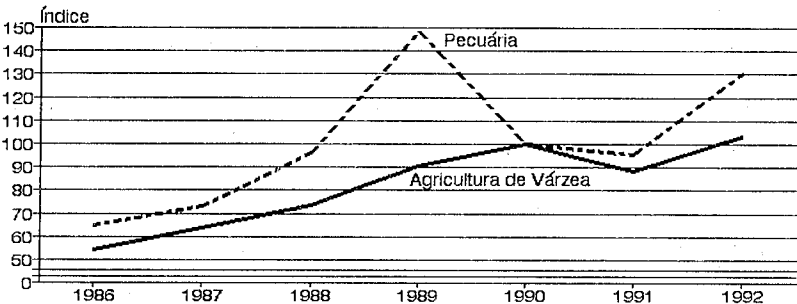
FONTE: Preços médios em cruzeiros de arrendamento, venda de terras, remuneração do trabalho, serviços de terceiros (1986/1992). Porto Alegre: EMATER/RS. semestr.

NOTA: 1. O índice tem como base 1990 = 100.

2. Os municípios selecionados são: Butiá, Cachoeira do Sul, Rio Pardo e Taquari.

GRÁFICO 6

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MÉDIOS REAIS DO ARRENDAMENTO DA TERRA EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS DO RIO GRANDE DO SUL — 1986-92



FONTE: Preços médios em cruzeiros de arrendamento, venda de terras, remuneração do trabalho, serviços de terceiros (1986/1992). Porto Alegre: EMATER/RS. semestr.

NOTA: 1. O índice tem como base 1990 = 100.

2. Os municípios selecionados são: Alegrete, Bagé, Dom Pedrito, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

O exame dos referidos gráficos revela uma forte tendência à alta dos valores de arrendamento para o cultivo do arroz (e, portanto, para a agricultura de várzea) nas duas últimas décadas. Todavia não se pode deixar de registrar o fato de esse crescimento ter sido maior no período 1973-85 e, em termos espaciais, afetar mais a nova região de expansão do arroz: Bagé, Dom Pedrito, São Gabriel e Uruguaiana, municípios localizados na fronteira sudoeste do Estado (Gráfico 4).

É verdade que, nos dois períodos analisados, o valor do arrendamento de terras para pastoreio de gado de corte também esteve em alta. O aquecimento da procura de terras de várzea para a agricultura irrigada no período 1973-85 terminou puxando o preço do arrendamento das terras de pastagens, de tal sorte que, no período recente (1986-92), este último cresceu acima do registrado no período anterior, tanto na região antiga como na de nova exploração do arroz. Nesta última, isto é, nos municípios que compõem a região sudoeste do Estado, as terras de pastagens valorizaram-se até mais do que as de arroz.

1.2 - As razões da escassez

1.2.1 - A escassez institucional (a divisão da propriedade)

A escassez da terra pode não estar vinculada a restrições de ordem natural — quantidade de solos produtivos na região —, mas sim, a fatores institucionais, ligados ao parcelamento das propriedades agrícolas por força da sucessão hereditária. Ora, a exploração da pecuária de corte de forma extensiva e a do arroz irrigado, altamente capitalizada, predominantes na Região Sul, são incompatíveis com as escalas de produção mais comuns resultantes desse processo.

Tabela 1

Evolução da área média e da mediana dos estabelecimentos agropecuários da Sub-região Campanha e da Sub-região Orizícola do Rio Grande do Sul — 1950-1985

DISCRIMINAÇÃO	1950	1960	1970	1980	1985
Sub-região Campanha(1)					
Média	470,4	389,5	295,6	297,9	283,5
Mediana	108,1	80,2	62,1	64,1	63,2
Sub-região Orizícola(2)					
Média	100,1	67,8	58,2	64,0	61,8
Mediana	26,2	20,4	16,5	18,7	16,8

FONTE: SILVEIRA, Fernando Gaiger (s.d.). Exame comparativo da concentração da posse da terra nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE/ Núcleo de Estudos Agrários. (Trabalho em elaboração).

(1) A Sub-região Campanha do IBGE compreende os municípios de Alegrete, Bagé, Cacupé, Dom Pedrito, Quaraí, Santana do Livramento, São Gabriel, Uruguaiana e Rosário do Sul.
(2) A Sub-região Orizícola totaliza 20 municípios, dentre os quais, Rio Grande, Guaíba, Pelotas, Rio Pardo e São Lourenço do Sul.

A escala de produção de bovinos de corte em sistema extensivo, com margem bruta igual a zero (onde, portanto, se igualam os custos variáveis às receitas), é de 1.000 hectares. A produção de arroz provém, em 43%, de lavouras com área entre 100 e 400 hectares e, em 27%, daquelas com mais de 400 hectares. Depoimentos de produtores que dispõem de estabelecimentos localizados na região da fronteira com a Argentina indicam que, com a elevação dos custos de produção do arroz (principalmente da terra e da água), a área média de exploração subiu de 175 para 350 hectares na região.

A reaglutinação das propriedades por compra, restabelecendo as escalas de produção ideais, fica, assim, bastante dificultada por conta da valorização da terra.

1.2.2 - Escassez da terra e desenvolvimento do arroz

A razão mais importante para a valorização do solo produtivo deve estar obrigatoriamente associada ao surto de desenvolvimento do arroz. Ora, de 1960 a 1989, a produção física desse grão cresceu, em termos reais, a uma taxa média anual de 6,0% na Região Sul do Rio Grande do Sul, refletindo índices decenais progressivamente ascendentes, pois passou de 5,5% para 5,9% e para 6,2% em 1960-70, 1970-80 e 1980-89 respectivamente (BENETTI, 1993).

Razões de mercado, ligadas à expansão da demanda, propiciaram tal surto de crescimento. De fato, é preciso não esquecer que, nas duas últimas décadas, a população do Brasil se tornou majoritariamente urbana. São hoje mais de 90 milhões de pessoas vivendo em núcleos urbanos, formando um mercado consumidor extremamente pobre e definindo, assim, um enorme potencial de consumo para um produto típico da alimentação das faixas de baixa renda, como é o caso do arroz. O grosso desse mercado está localizado nos estados do Sudeste, principalmente nas áreas metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Esse é, de fato, o principal destino da produção sul-rio-grandense. Note-se que o Estado contribui com 43% da produção nacional e exporta quatro quintos de sua produção, em sua maior parte (83%) para o próprio País.

Entre 1980 e 1991, a taxa média anual de crescimento do consumo do arroz (1,9% a.a.) no Brasil ficou levemente acima do crescimento populacional então verificado (1,8% a.a.). Segundo estimativas do IRGA, para manter os níveis históricos de consumo *per capita* e considerando o crescimento da produtividade da lavoura e o ritmo de expansão demográfica observados na década de 80, a produção de 1997 precisará aumentar 22% relativamente à de 1992 (IRGA, s.d.).

Já na atualidade, a produção nacional não é suficiente para abastecer o mercado. A defasagem com relação ao consumo faz do Brasil um país importador. Por outro lado, sempre segundo o IRGA, sua participação no total das importações internacionais situou-se entre 1% e 5% durante a década de 80.

No entanto não foram apenas razões de demanda que afetaram o crescimento da produção, tendo igualmente contribuído para tanto as associadas à reestruturação espacial da oferta nacional a partir de sua concentração no estado onde a orizicultura se mostrou mais competitiva, precisamente o Rio Grande do Sul. O peso relativo do Estado na produção nacional passou, de fato, de 23% para 36% apenas entre 1980 e 1985, subindo para 43% no ano de 1990, às custas, principalmente, do Maranhão, de Minas Gerais, do Mato Grosso e de Goiás, ou seja, do arroz de sequeiro dos cerrados.

É muito importante salientar que, nos anos 80, o cerrado deixou de constituir a fronteira para a produção de arroz em âmbito nacional, tendo seu cultivo aí declinado constantemente. De fato, só no último quinquênio dessa década, a área cultivada apresentou um decréscimo de 700 mil hectares (aproximadamente a área total cultivada no Rio Grande do Sul, que se situa em torno de 900 hectares), enquanto a produção declinava em mais de um milhão de toneladas. Esse desempenho vincula-se principalmente às dificuldades enfrentadas pelo arroz de sequeiro — a variedade típica dos cerrados — para competir com o arroz irrigado do Rio Grande do Sul (CASTRO, FONSECA, s.d.; CUNHA, 1994).

Embora os custos de produção por hectare sabidamente sejam muito mais elevados no Rio Grande do Sul do que nos cerrados, os níveis de produtividade física da lavoura no Estado mais do que compensam tal desvantagem, de tal sorte que os custos por tonelada terminam aproximando-se (Tabela 2).

A evolução da produtividade da lavoura do arroz no Rio Grande do Sul e nos cerrados, em termos absolutos e relativos, pode ser acompanhada no Gráfico 7. Percebe-se, através da leitura dos dados aí contidos, que os níveis de eficiência do Rio Grande do Sul são superiores aos registrados pela agricultura dos cerrados nesse particular e, ademais, que tais diferenças se ampliaram na última década favoravelmente ao estado gaúcho.

Tabela 2

Comparação entre os custos de produção da lavoura do arroz
no Rio Grande do Sul e nos Cerrados — safra 1992/93

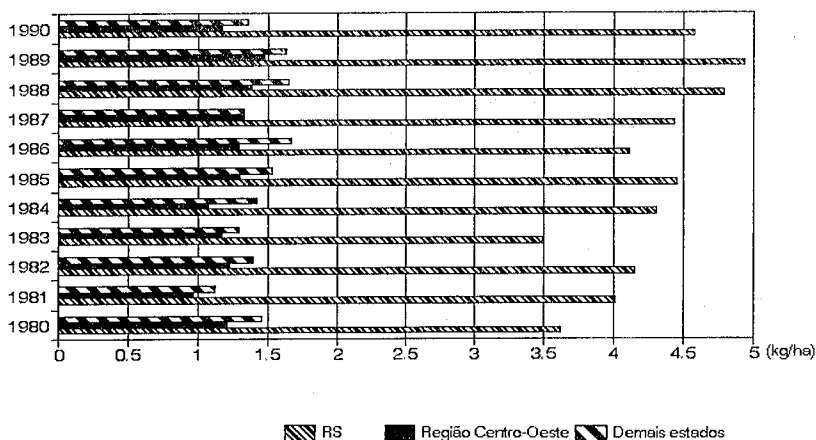
DISCRIMINAÇÃO	NÍVEIS DE PRO- DUTIVIDADE (kg)	CUSTO POR HECTARE (US\$)	CUSTO POR TONELADA (US\$)
Cerrados	1 500	447,57	298
Rio Grande do Sul ..	5 000	1 252,00	250

FORTE: CUNHA, Aercio S. (1994). **Uma avaliação de sustentabilidade da agricultura nos cerrados**. Brasília: IPEA. (Estudos de política agrícola, n.11; relatórios de pesquisa).
IRGA (s.d.a). Documentos internos. (vários, mimeo).

NOTA: Os dados do Rio Grande do Sul referem-se a janeiro de 1993. Os relativos aos custos de produção por hectare da lavoura dos cerrados representam perfis atuais, ainda que não datados, de custos montados a partir de nova tecnologia aplicada à produção de arroz de sequeiro, desenvolvida pela EMBRAPA e referida por Cunha (1994).

GRÁFICO 7

**EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE FÍSICA DA LAVOURA DO ARROZ
NO RIO GRANDE DO SUL, NA REGIÃO CENTRO-OESTE
E NOS DEMAIS ESTADOS — 1980-90**



FONTE: CASTRO, Ana Celia, FONSECA, Maria da Graça (s.d.). **A dinâmica agroindustrial no centro-oeste: características, problemas, potencial de expansão e fluxos de investimentos.** (mimeo)

É preciso acrescentar que a redução da produção do arroz nos cerrados é uma consequência de o mesmo ter deixado de ser tipicamente um cultivo de preparação prévia do solo — tanto para a formação de pastagens cultivadas quanto para a de lavouras, principalmente de soja — nas terras recém-abertas dessa região (CUNHA, 1994). Por fim, o arroz deixou de ser produzido nos cerrados por não ser competitivo com relação aos demais grãos produzidos na região, em especial face ao milho e à soja.

Quaisquer que sejam as razões, o fato é que a retirada dos cerrados da produção do arroz, paralelamente ao crescimento do mercado nacional, foi um elemento adicional significativo de pressão sobre o setor arrozeiro sul-rio-grandense. Seu mais importante desdobramento refletiu-se no aumento da procura de terras aptas para o cultivo na Região Sul do Rio Grande do Sul, com o conseqüente aumento de preço, tal como já foi demonstrado.

Ressalte-se, nesse contexto, que o custo do arrendamento da terra para o cultivo do arroz no estado gaúcho pesa significativamente na formação dos custos de produção do setor e que, além disso, tal peso veio aumentando nos últimos anos. Segundo estimativas do IRGA, na safra de 1988/89 esse peso era de 4,8%, o qual subiu para

12,1% em janeiro de 1993. Nesta última safra, só o custo com irrigação (19,7%) se sobrepunha ao relacionado à terra (IRGA, s.d.a).

A Região Sul do Estado concentra efetivamente os solos recomendáveis para o cultivo de arroz irrigado. Dos três milhões de hectares de solos com essa característica disponíveis no Estado, 85% estão aí localizados.³ Tais terras se situam mais especificamente a sudoeste e ao sul, abarcando municípios — Itaqui, Uruguaiana, Santana do Livramento, Dom Pedrito, Santa Vitória do Palmar, dentre outros — localizados junto às fronteiras com a Argentina e o Uruguai, bem como a sudeste, nos municípios de Cachoeira do Sul, Rio Pardo, etc.

O primeiro grupo de municípios correspondeu à fronteira de expansão do arroz nas duas últimas décadas, enquanto o segundo constituiu a sua zona tradicional de plantio, aquela onde se estabeleceram as primeiras lavouras empresariais, no início do século. A economia orizícola da região velha foi a base econômica de formação da produção de arroz na zona de fronteira, ao fornecer os recursos humanos (empresários e trabalhadores), a capacidade empresarial e o capital necessários ao estabelecimento das novas lavouras. Com efeito, pressionados pela escassez de solos produtivos a partir de 1950, os produtores tradicionais migraram em direção à região da fronteira, ao sudoeste e ao sul.

Um pouco mais tarde, foi a vez dos "gringos" do planalto, estimulados pelos excedentes acumulados graças à soja, descenderem para o sul em busca das terras próprias à formação da lavoura do arroz irrigado.

No sul, como se sabe, o sistema de produção historicamente dominante era o da exploração extensiva da pecuária bovina associada à de ovinos — para produção de carnes e de lã. As grandes escalas de produção características da exploração extensiva do gado de corte mostravam-se compatíveis com as necessidades da orizicultura. O preço da terra, por sua vez, não haveria de constituir um fator impeditivo do deslocamento da produção. De fato, era muito fraco o desenvolvimento agropecuário na região, tratando-se de uma economia que se reproduzia estritamente em função do lento crescimento da economia da pecuária de corte associada à de ovinos.

Essa violenta mudança espacial que afetou o cultivo do arroz no Estado está bem refletida no decréscimo de peso relativo da região velha na produção estadual: de cerca de 23% em 1970, passou a contar com apenas 15% em 1990. Por sua vez, no outro extremo, destaca-se o Município de Santa Vitória do Palmar, que, isoladamente, respondeu por 13% do arroz sul-rio-grandense neste último ano. Em resumo, o arroz passou a ser plantado em terras próximas à fronteira com os países do Prata.

A migração da produção a partir de 1960 viabilizou o crescimento da oferta a uma taxa de 6% ao ano, em média, enquanto a produtividade se expandia a 2,3% ao ano. Como resultado, a tonelagem produzida pelo Estado praticamente dobrou na década de 70 e também na de 80.

³ Trata-se de solos pertencentes a Classe IV, Subclasse i, tomando-se como critério de enquadramento sua capacidade de uso. A Classe IV abrange terras que não se prestam ao cultivo continuado, seguro e intensivo com culturas anuais, mas que podem admitir a realização de cultivos anuais por curtos períodos ou, eventualmente, a exploração com culturas especialmente adaptadas, desde que se adotem extremos cuidados para neutralizar as limitações que apresentam. A Subclasse IVi apresenta a susceptibilidade a inundações e/ou a drenagem insuficiente como característica limitante mais importante (Progr. Invest Integrado, 1975, p. 267-269).

Tabela 3

Indicadores da importância econômica da produção de arroz no Rio Grande do Sul, no Brasil, na Argentina e no Uruguai — 1991-92

PAÍSES, DEPARTAMENTOS, PROVÍNCIAS, ESTADO E REGIÃO	PRODUÇÃO (1 000t)	ÁREA CULTIVADA (1 000ha)	ÁREA CULTI- VADA POR BRASILEIROS (1 000ha)	PRODUTI- VIDADE (t/ha)
Uruguai	550	125	81	4,4
Artigas e Salto	15
Rivera e Tacuarembó	16
Rocha, Trinta e Tres, Maldonado, Cerro Lar- go e Lavalleja	94
Argentina	650	150	44	4,3
Entre-Rios	78
Corrientes	50
Chaco, Formosa, Missio- nes e Santa Fé	22
Brasil	10 102	4 614	...	2,2
Rio Grande do Sul	4 600	875	...	5,3
Região Centro-Oeste	1 196	760	...	1,6

PAÍSES, DEPARTAMENTOS, PROVÍNCIAS, ESTADO E REGIÃO	CUSTO DE PRODUÇÃO (US\$/ha)			DESTINO DA PRODUÇÃO		PREÇO DA TERRA (US\$/ha)
	Direto	Indireto	Total	Consumo	Exportação	
Uruguai	998	68	1 066	-	450	400
Artigas e Salto
Rivera e Tacuarembó
Rocha, Trinta e Tres, Maldonado, Cerro Lar- go e Lavalleja
Argentina	1 056	117	1 173	-	-	150 a 700
Entre-Rios
Corrientes
Chaco, Formosa, Missio- nes e Santa Fé
Brasil	1 194	129	1 323	-	-	1 100 a 2 000
Rio Grande do Sul	600	-	1 600
Região Centro-Oeste	600

FONTE: ZERO HORA (5.3.93). Porto Alegre: RBS, n.426.

IRGA, Instituto Rio Grandense do Arroz, setor arrozeiro frente ao Mercosul, mimeo, S/D (1993).

FEE - Pesquisa de campo junto a produtores — 1992/93.

2 - Escassez da terra e fuga para o Uruguai e para a Argentina

Foi o elevado preço da terra na Região Sul do Estado, juntamente com a disponibilidade de terras subutilizadas, próprias ao cultivo do arroz irrigado, nas grandes propriedades localizadas na fronteira com o Uruguai e a Argentina, que orientou a migração da produção sul-rio-grandense nessa direção.

A quantificação do fenômeno é impossível, uma vez que não se dispõe de levantamentos, inexistindo também divulgação sistemática de estatísticas oficiais a respeito. Nessas condições, como já foi dito na nota 1, foi preciso recorrer aqui a outras fontes, como depoimentos de produtores e órgãos de imprensa.

Os arrozeiros e pecuaristas brasileiros buscaram principalmente as terras baratas (Tabela 3) — muitas vezes, de melhor qualidade — encontradas na fronteira com o Uruguai e a Argentina. De fato, o valor destas últimas chega a equivaler a um quarto daquele alcançado por terras localizadas no Rio Grande Sul. Quanto à alternativa representada pela região dos cerrados no Brasil — que também apresenta preços da terra em patamares inferiores aos atingidos no Estado, nas regiões próximas aos países vizinhos (Tabela 3) —, esta padece dos inconvenientes impostos pela precariedade da rede viária, elevando compreensivelmente o custo de transporte e dificultando, de maneira geral, sobremaneira a comercialização dos produtos.

Devem também ser salientadas as vantagens que a proximidade com os países do Prata oferece ao produtor sul-rio-grandense, visto possibilitar a manutenção de suas atividades empresariais — e, até mesmo, de sua moradia — na região de origem. Ou seja, além dos benefícios de ordem pessoal, a opção apresenta a vantagem econômica bem concreta de permitir o uso do estoque de máquinas e equipamentos já existentes, quer se trate daqueles alocados na exploração primária, quer daqueles utilizados em seu beneficiamento. Como exemplos típicos ilustrativos da situação, podem ser referidos os investimentos em colheitadeiras, engenhos de beneficiamento de arroz e frigoríficos de carne bovina.

Duas das maiores empresas de beneficiamento de arroz a nível nacional, sediadas no Município de Itaqui, na fronteira com a Argentina — a Camil e a Suprarroz —, já produzem na Argentina 300 mil toneladas de arroz, o equivalente a 50% do consumo gaúcho, ou a 50% do déficit da produção brasileira. Os arrozeiros de Itaqui pretendem construir uma ponte que ligará as Cidades de La Cruz e Alvear ao Município. A ligação servirá para facilitar a produção de arroz pelas duas empresas, que adquiriram 10 mil hectares no território argentino próximo à Itaqui, com o objetivo de aumentar a produção para 850 mil toneladas e comercializá-la no mercado brasileiro. Tal meta de produção excede o abastecimento do mercado estadual e corresponde a 25% da produção gaúcha no ano de 1990. O interesse dos produtores argentinos seria de fazer chegar sua produção em Itaqui, com o propósito de beneficiá-la, já que Alvear e La Cruz não possuem engenhos de arroz (ZH, 23.6.93, p.41).

Caso a exploração não se dê mediante transferência de capital físico interfronteira, o produtor brasileiro pode contar, pelo menos no Uruguai, com os preços mais baixos dos equipamentos agrícolas, além de recursos governamentais baratos para sua aquisição.

As terras que estão sendo ocupadas pelos brasileiros nos países vizinhos são, na maior parte dos casos, próprias para a formação de lavouras irrigadas. No caso da utilizada pelo arroz, por exemplo, a produtividade é semelhante à do Rio Grande do Sul. A vantagem mais efetiva encontra-se a nível dos custos de produção, inferiores nesses países, conforme fica evidenciado na Tabela 3.

Em resumo, são esses os fatores que têm sustentado o movimento de deslocamento realizado por empresários do Rio Grande do Sul: terra próxima, barata e de qualidade superior à encontrada no Estado; rentabilidade microeconômica mais favorável da lavoura em expansão (a do arroz); proximidade do mercado consumidor (o principal destino da produção uruguaia é o próprio Brasil); e custos de exportação competitivos. Conjugados, tais elementos revelam o porquê da transformação da Argentina e do Uruguai em fronteira agrícola gaúcha.

O menor custo da terra na divisa com os países do Prata pode ser explicado, em grandes linhas, pelo relativamente baixo desenvolvimento econômico imperante nas províncias e nos departamentos envolvidos, em particular, de seu setor agrícola. De uma certa forma, a atual economia das províncias e dos departamentos platinos talvez possa ser comparada à predominante na Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul,

na década de 50, quando o sistema de produção dominante era o da exploração extensiva da pecuária de corte associada à de ovinos. Só para se ter uma idéia dessa desigualdade no nível de desenvolvimento e tomando-se como indicador da mesma a renda *per capita* anual, mencione-se que, no ano de 1989, o coeficiente atingia US\$ 1 547 na Província de Corrientes, na Argentina, enquanto, no Rio Grande do Sul, se situava em US\$ 3.361. Os baixos preços da terra na fronteira gaúcha, pelo menos na divisa com o Uruguai, também correspondem a razões de ordem conjuntural, associadas à crise da pecuária de corte existente nesse país. Seja qual for a razão, o fato é que, tal como ocorreu no caso da Região Sul do Rio Grande do Sul, se verifica que a lavoura de arroz está invadindo terras até então ocupadas pela pecuária extensiva de corte.

Na Argentina, as principais regiões produtoras são as províncias localizadas entre os rios Corrientes e Paraná, na fronteira oeste com o Rio Grande do Sul (Mapa 1). No Uruguai, sobressaem-se, nesse particular, os departamentos situados na região leste do país, apesar de a fronteira de expansão da produção seja constituída pelos departamentos localizados na sua parte norte e nordeste. Embora a legislação argentina proíba a venda de terras a estrangeiros em uma faixa de 50km da fronteira, a produção de arroz realizada por brasileiros em terras argentinas já ocupa 35% da área total utilizada com esse cultivo no país. No Uruguai, que se mostra mais liberal nesse aspecto da ocupação das terras de fronteira, a participação é bem maior, chegando a 65% das terras plantadas com arroz (Tabela 3).

Levantamentos realizados pelo governo uruguaio apontam o fato de que 10% dos 13 milhões de terras agricultáveis do Uruguai estariam em mãos de brasileiros. Operadores no mercado de terras uruguaio estimam a existência de 500 mil hectares de terras postas à venda atualmente nesse país (ZH, 13.5.94). Um anúncio apenas mandado publicar no Jornal Zero Hora do dia 27 de maio passado por uma imobiliária sediada em Montevideu, sob o título **Fazendas no Uruguai — Seleção de Ofertas**, oferecia 46 mil hectares de terra para venda.

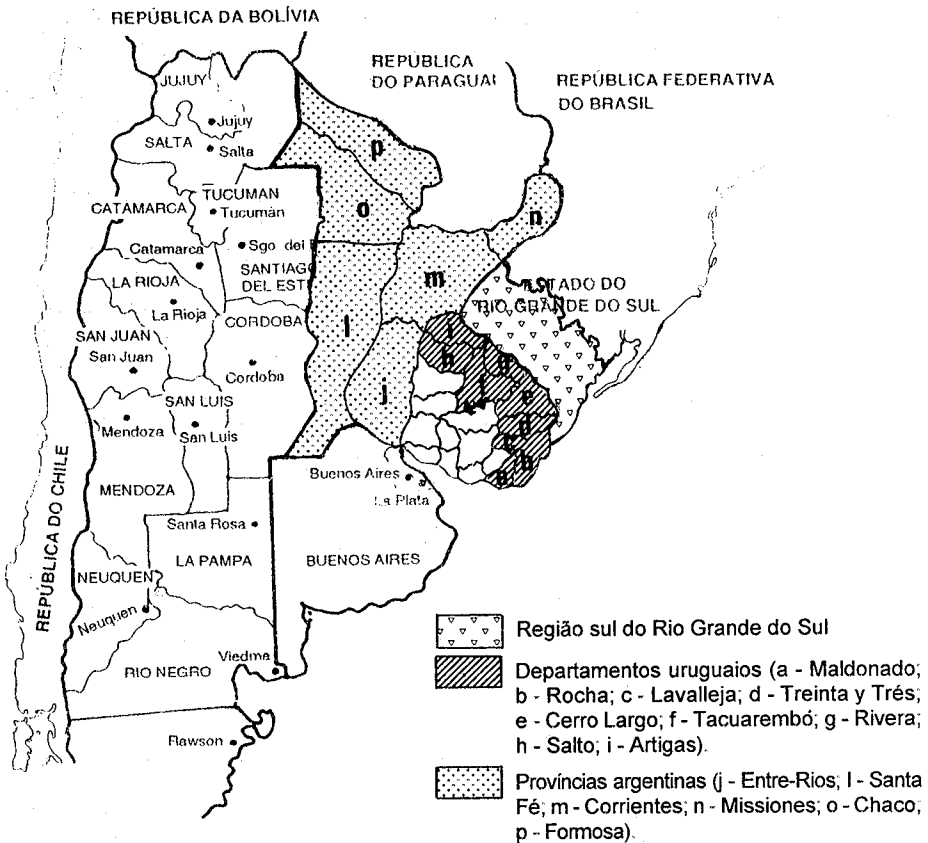
Cabe aqui uma referência à origem dos recursos utilizados na compra de terras internacionais pelos gaúchos. É plausível imaginar que, nesse caso, existiu uma acumulação prévia de fundos, propiciada, em grande medida, pelos excedentes acumulados nas lavouras de soja e, principalmente, de arroz.

De fato, trata-se de atividades que apresentam um grau de liquidez muito maior do que o oferecido pela bovinocultura de corte, que se caracteriza por apresentar uma rotação de capital sabidamente muito baixa. Tomando-se o indicador do valor bruto real da produção orizícola na década de 80, vê-se que este não cessou de crescer ao longo de todo período. O relativo representativo da evolução do valor bruto real da produção do arroz com base em 1980 passou de 100 para cerca de 190 entre 1980 e 1990. Além disso, o valor bruto de produção por hectare dessa cultura é superior ao dos grãos mais importantes, no caso ao da soja e ao do milho, sendo também muito maior do que o obtido com a exploração extensiva de gado de corte. Veja-se que, no ano de 1992, considerando explorações agropecuárias com produtividade média, a lavoura do arroz gerava um valor de produção por hectare ao ano da ordem de US\$ 1.400, 30 vezes superior ao obtido com a pecuária de corte, ao redor de US\$ 50.

Por outro lado, não se deveria descartar totalmente a hipótese de que uma parte dos financiamentos bancários governamentais brasileiros destinados às lavouras de soja e arroz no País tenha sido utilizada pelos produtores para agilizar a compra das terras nos países vizinhos.

MAPA 1

**REGIÕES PRODUTORAS DE ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL,
ARGENTINA E URUGUAI**



FONTE: OLIVEIRA, Naia (1992). Áreas de fronteira na perspectiva da integração latino-americana. **Indicadores Econômicos FEE.** Porto Alegre, v.20, n.3, p.148.

NOTA: A Região Sul do Rio Grande do Sul concentra 85% da área cultivada com arroz no Estado. Essa região compõe-se de 74 municípios. Ela inicia nos Municípios de São Borja, Santo Antônio das Missões, Itacorubi, Santiago, Jóia, Tupanciretã, Júlio de Castilhos, Santa Maria, Restinga Seca, Cachoeira do Sul, Rio Pardo, Butiá, Camaquã e Mostardas, estendendo-se até a fronteira do Estado com a Argentina e o Uruguai. Na Argentina, as Províncias de Entre-Ríos e Corrientes respondem por 85% da área cultivada do país, e as de Santa Fé, Chaco, Formosa e Misiones, em conjunto, com os restantes 15%. No Uruguai, 75% da área cultivada concentra-se na região leste — Departamentos de Rocha, Treinta y Três, Maldonado, Cerro Largo e Lavalleja —; e 25%, nas regiões norte e nordeste — Artigas, Salto, Rivera e Tacuarembó.

Finalmente, antes de concluir, cabe retornar a um ponto levantado na abertura deste artigo, no qual se fala sobre o significado do movimento de transnacionalização da produção agropecuária no marco do processo de expansão da economia da Região Sul do Estado.

Sugere-se aqui que tal processo não deve ser entendido como uma simples repetição, ou, dito de outra maneira, como uma variante histórico-espacial da lógica operativa que sempre presidiu a expansão da unidade típica de produção da Região Sul do Estado — a grande propriedade voltada à pecuária de corte, a estância. Como se sabe, tal modo de funcionamento consistia em crescer extensivamente, isto é, via alargamento da base física da exploração, em suma, via incorporação de terras. Se fosse aceita essa lógica, o processo atual de aquisição de terras deveria ser entendido como tendo origem na dificuldade de reconstituição da base física da estância como decorrência da elevação do preço da terra na região por força do desenvolvimento recente da agricultura. Na impossibilidade de repetir tal dinâmica em âmbito regional, os produtores estariam-na reproduzindo a nível internacional.

Ora, não parece ser essa a interpretação mais correta do movimento. Ao contrário, a migração dos produtores deve ser associada ao processo de ruptura com relação ao paradigma histórico de funcionamento do que representava a unidade de produção mais comum da região. Trata-se, na verdade e alternativamente, da reprodução a nível internacional de um movimento que já vinha se desenvolvendo em âmbito interno, liderado pelo setor mais dinâmico da economia regional — o setor arroseiro integrado à exploração de gado de corte. Se for assim, tal movimento pode ser considerado como elemento constitutivo a nível microeconômico, de um novo padrão de crescimento regional, cuja origem pode ser datada no início dos anos 70.

Bibliografia

- BENETTI, Maria D. (1993). **Agropecuária na região sul do Rio Grande do Sul - 1979/1990**. Porto Alegre : FEE. (No prelo)
- CASTRO, Ana Célia, FONSECA, Maria da Graça (s.d.). **A dinâmica agroindustrial no centro oeste: característica, problemas, potencial de expansão e fluxos de investimentos**. (mimeo)
- CUNHA, Aécio S. (1994). **Uma avaliação de sustentabilidade da agricultura nos cerrados**. Brasília : IPEA. (Estudos de política agrícola, n.11; relatórios de pesquisas)
- IRGA (s.d.) **Setor arroseiro frente ao MERCOSUL: situação preliminar**. Porto Alegre. (mimeo)
- IRGA (s.d.a) **Documentos internos**. Porto Alegre. (Vários; mimeo)
- PROGRAMA DE INVESTIMENTOS INTEGRADOS (1975). **O setor agropecuário**. Porto Alegre. v.2. p.267-269.
- SILVEIRA, Fernando Gaiger (s.d.). **Exame comparativo da concentração da posse da terra nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE/Núcleo de Estudos Agrários. (Trabalho em elaboração)
- ZERO HORA (13.5.94). Porto Alegre : RBS.
- ZERO HORA (23.6.93). Porto Alegre : RBS. p.41